

Comunicação pública e extensão universitária: a experiência do Projeto Constituição nas Escolas da Universidade Federal de Pelotas¹

Amyra Yasmin Cabreira Pires²
Gabrieli Rehbein de Vasconcelos³
Caroline Casali⁴

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas RS

RESUMO: Este texto apresenta a experiência do Projeto de Extensão Constituição nas Escolas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que, por meio da extensão e da comunicação pública, visa contribuir na formação cidadã de adolescentes e jovens. Para tanto, foram organizadas oficinas sobre temas relacionados à Constituição brasileira de 1988 e aplicadas em escola da cidade de Pelotas/RS. Para subsidiar essas oficinas, foram produzidos materiais de comunicação pública, como o fôlder temático, por meio da disciplina de Comunicação Pública e Política do Curso de Gestão Pública da UFPel. O texto descreve essa experiência, apresenta os materiais produzidos e seus resultados.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; extensão; comunicação cidadã; Constituição.

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta diversos desafios, como incertezas, desigualdades e violações de direitos, que exigem cidadãos conscientes e engajados. Nesse contexto, a educação assume um papel fundamental na formação de indivíduos críticos, reflexivos e capazes de defender seus direitos e os direitos dos outros. Os jovens, em especial, se encontram em um momento crucial para o desenvolvimento da identidade e de sua consciência social, tornando-se um público prioritário para ações educativas.

Nesse âmbito, apresentamos o Projeto de Extensão Constituição nas Escolas, que visa compartilhar o conhecimento produzido na universidade sobre a Constituição brasileira de 1988, de forma prática e clara, para alunos do ensino médio do Instituto Federal Sul-rio-grandense – Campus Visconde da Graça (IFSul – CaVG), localizado em Pelotas/RS. O projeto partiu de discussões e críticas realizadas na disciplina de Seminários em Gestão Pública II, do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação Pública, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Gestão Pública da UFPel, e-mail: amyra.cp@gmail.com

³ Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Gestão Pública da UFPel, e-mail: gabrieli.graduacao@gmail.com

⁴ Doutora em Ciências da Comunicação. Professora do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais da UFPel, email: carolcasali@gmail.com

de Pelotas, que tratou de temas como federalismo, sustentabilidade, direito à memória, eleições, ações afirmativas e trabalho na juventude. A organização de oficinas para adolescentes e jovens sobre essas temáticas foi subsidiada pela produção de materiais de comunicação pública a partir da disciplina de Comunicação Pública e Política, também do Curso de Gestão Pública. A seguir, apresentamos os conceitos que dão base a essas produções, descrevemos os procedimentos adotados e discutimos os seus resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em pesquisa realizada por ocasião dos 25 anos da aprovação da Constituição brasileira, o Instituto DataSenado ouviu 811 participantes e observou que metade deles (50%) avaliava ter conhecimento médio sobre a Constituição, enquanto 35% disseram ter baixo conhecimento e 7% julgaram não ter conhecimento algum. Dos 811 participantes da pesquisa, apenas 5% declararam elevado conhecimento do texto constitucional. “Os resultados da pesquisa demonstraram que direitos, deveres e normas constitucionais precisam de mais divulgação entre os brasileiros” (DataSenado, 2013, p.03).

Dessa forma, podemos observar o pouco conhecimento à época, principalmente de pessoas com escolaridade de nível fundamental e médio, sobre a Constituição Federal do Brasil, que tem muita importância para os brasileiros a fim de informar sobre seus deveres e direitos. A formação do cidadão sobre direitos e deveres constitucionais é responsabilidade de todas as instituições que compõem a democracia brasileira, inclusive das escolas, institutos e universidades, e a comunicação pública pode contribuir nesse dever.

Entende-se por comunicação pública os processos relacionando Estado, sociedade civil e mídias sobre temas de interesse público, voltados à informação e formação cidadã. “O conceito normativo comunicação pública é constitutivo do campo comunicação e política, porquanto é formado por diferentes níveis de comunicação do Estado, da sociedade, do mercado, da imprensa e das mídias digitais” (Weber e Locatelli, 2022, p.143). Busca-se, em práticas de comunicação pública, dar visibilidade a documentos, processos, acontecimentos de interesse público, estabelecendo relações entre instituições e sociedade. É por isso que a extensão universitária está intrinsecamente relacionada à comunicação pública; a extensão deve ser compreendida como função da universidade, uma instituição da democracia, em dar visibilidade ao conhecimento produzido em seu interior e, por meio dele, estabelecer relações com a sociedade.

Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou Comunicação?*, publicada pela primeira vez em 1969, ao refletir sobre práticas extensionistas especialmente relacionadas à educação de camponeses, defendia justamente que não se optasse pela extensão como transferência de conhecimento de quem tudo sabe a quem nada sabe, mas que se optasse pela comunicação como relação ou encontro entre diferentes, condicionada por matrizes socioculturais, e que poderia produzir a transformação do mundo.

Daí que, à pergunta que dá título não só à primeira parte do presente capítulo, mas a este ensaio: *Extensão ou Comunicação?*, respondamos negativamente à extensão e afirmativamente à comunicação (Freire, 2001, p.74).

Nesse sentido, as oficinas desenvolvidas no Projeto de Extensão Constituição nas Escolas foram pensadas considerando o encontro da universidade com adolescentes e jovens, em suas perspectivas e interesses.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As oficinas sobre temáticas relacionadas à Constituição brasileira foram planejadas na disciplina de Seminários em Gestão Pública II, que contempla duas horas semanais em atividades de extensão, no segundo semestre letivo de 2023. Os alunos da turma foram divididos em grupos e cada grupo teve a oportunidade de propor uma temática relacionada à Constituição, a partir das reflexões realizadas em sala de aula. As temáticas escolhidas foram: federalismo, sustentabilidade, direito à memória, eleições, ações afirmativas e trabalho na juventude.

As oficinas foram desenvolvidas com base em palestras informativas, jogos didáticos, dinâmicas de grupo e simulações de competições, visando a proporcionar uma experiência enriquecedora e sobretudo envolvente. Como suporte às oficinas, os alunos – que também estavam cursando a disciplina de Comunicação Pública e Política no mesmo semestre letivo – projetaram a composição de produtos em comunicação pública, ancorados na literatura da disciplina. Mais precisamente, naquele semestre, escolheram os fôlderes como suporte de comunicação.

O folder se caracteriza pela excepcional praticidade formal e capacidade informativa, o que o torna um dos mais eficientes veículos de comunicação. Congressos, seminários, convenções ou qualquer outro tipo de evento encontra no folder a peça fundamental de divulgação e registro de seus conteúdos programáticos. Com linguagem direta e leitura rápida, preferencialmente ilustrada, o folder seduz por trazer informações objetivas e apresentação gráfica criativa (Couto, 2014, p.20).

O principal objetivo da escolha dos fôlderes foi oferecer aos participantes um recurso de consulta rápido, conciso e visualmente atraente. Para isso, foram elaborados seguindo os princípios da linguagem simples e a curadoria do conteúdo considerou o público-alvo.

Como escola pública para aplicação das oficinas foi escolhido o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), mais precisamente o campus do Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG). Os alunos participantes das oficinas foram adolescentes e jovens que cursam o ensino médio. As informações sobre direitos e deveres foram dispostas nos fôlderes de maneira que servissem a esses jovens presentes nas oficinas e pudessem, depois, ser compartilhadas com suas famílias.

O processo de confecção dos fôlderes se deu, primeiramente, com a divisão dos alunos da disciplina de Comunicação Pública e Política nos mesmos grupos definidos para a disciplina de Seminários em Gestão Pública II. Os alunos deveriam produzir fôlderes sobre a temática previamente designada e considerando os princípios, estratégias e técnicas de comunicação pública estudadas na disciplina. Depois de confeccionado, o fôlder de cada grupo passou por, ao menos, duas rodadas de revisão em relação à abordagem temática e à disposição dos elementos gráficos.

Para confecção dos fôlderes, procurando ser um trabalho democrático, todos os alunos utilizaram como ferramenta o site gratuito de design gráfico “Canva”. Era de uso obrigatório, em cada fôlder, a identificação da Universidade Federal de Pelotas, do Centro de Ciências Sócio-Organizacionais e do Curso de Gestão Pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto de Extensão Constituição nas Escolas, por meio do trabalho integrado de duas disciplinas do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Pelotas, discutiu temas relevantes e complexos acerca da Constituição brasileira com alunos de ensino médio, contribuindo na divulgação de informações e na formação cidadã desses jovens.

As oficinas realizadas sobre os temas federalismo, sustentabilidade, direito à memória, eleições, ações afirmativas e trabalho na juventude, tiveram como suporte de comunicação a produção de seis fôlderes (Figura 1), conduzida por meio de processos de discussão, criação, revisão e retificação dos materiais.

Figura 1. Fôlderes produzidos no Projeto de Extensão Constituição nas Escolas.



Esses produtos de comunicação foram pensados a partir de princípios e técnicas da comunicação pública, focando em informações de interesse público, com linguagem simples e disposição atraente de elementos gráficos. A disponibilidade de material informativo de fácil acesso contribuiu para o aumento da interação e da participação dos jovens nas oficinas. A partir das informações dos fôlderes, foram levantadas discussões mais aprofundadas sobre federalismo, sustentabilidade, direito à memória, eleições, ações afirmativas e trabalho na juventude.

Um dos principais desafios encontrados na elaboração do material foi o de reduzir conteúdos extensos e informações indispensáveis em apenas seis páginas. Como alternativa à apresentação desses conteúdos, os grupos optaram pelo uso de QR Codes. Por meio deles, o grupo que tratou de ações afirmativas remeteu os alunos à Lei 12.711/2012 (Lei das Cotas); o folheto sobre sustentabilidade convidou os alunos a conhecerem os 5 R's (repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar); o grupo sobre direito à memória apresentou a Comissão Nacional da Verdade; o fôlder sobre trabalho na juventude convidou os alunos a conhecerem o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); o grupo que tratou do federalismo descreveu a história do federalismo no Brasil; e, em relação ao material sobre eleições, o QR Code foi utilizado para convidar os estudantes a tirarem seu título eleitoral (Figura 2). Importante considerar, ainda, que a utilização de QR Codes acionou a interação digital, demandando o uso de celular para a sua efetivação.

Figura 2. Página final do fôlder sobre eleições, com destaque para o uso do QRCode.



Os alunos presentes nas oficinas observaram, ao final do Projeto, que a experiência foi relevante e bastante atrativa, especialmente pela diversidade das dinâmicas apresentadas e pela qualidade do material de comunicação construído. Levando em consideração os aspectos abordados, pode-se observar a importância de um conteúdo preciso, em linguagem simples e visualmente atrativo para informar e formar o cidadão, especialmente sobre temas complexos.

REFERÊNCIAS

COUTO, G. B. (2014) O gênero folder e suas contribuições no processo de ensino/aprendizagem de LEM-Inglês. In: **Cadernos PDE**, vol. II, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_lem_pdp_genivaldo_bonifacio_couto.pdf. Acesso em: março de 2024.

DATASENADO. (2013) Pesquisa sobre o conhecimento da população brasileira sobre a Constituição Federal. In: **Senado Federal**. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/brasileiros-reconhecem-importancia-da-constituicao-cidada#:~:text=Apenas%205%2C3%25%20dos%20participantes,anos%20\(16%2C7%25\)](https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/relatorios-de-pesquisa/brasileiros-reconhecem-importancia-da-constituicao-cidada#:~:text=Apenas%205%2C3%25%20dos%20participantes,anos%20(16%2C7%25).). Acesso em: março de 2024.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

WEBER, M. H., & LOCATELLI, C. (2022). Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. In: **MATRIZES**, 16(1), 141-159. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i1p141-159>.